



Brasília-DF, 19 de maio de 2026

CNTI fortalece diálogo sindical em visita à Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de São Paulo



No último dia 15 de maio, o membro do Conselho Fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Francisco, realizou visita institucional ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de São Paulo, onde foi recebido pelo presidente da entidade e também da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de São Paulo, Aparecido José da Silva, o "Cidão". O encontro reforçou os laços de unidade e diálogo entre as lideranças sindicais comprometidas com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.



Durante a agenda, José Francisco também conheceu a estrutura da Pousada Recanto do Trabalhador, localizada em Rancharia (SP), espaço voltado ao acolhimento e bem-estar dos trabalhadores e suas famílias. Ao final da visita, o dirigente agradeceu a recepção calorosa, destacando o espírito de companheirismo, hospitalidade e fortalecimento das relações sindicais proporcionado pelo encontro.

Unicamp sedia debate sobre fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho

Seminário reuniu pesquisadores, poder público e lideranças sindicais num momento decisivo da tramitação das PECs que podem mudar a relação dos brasileiros com o trabalho



O Instituto de Economia da Unicamp tornou-se, na sexta-feira (15), o epicentro de um dos debates mais sensíveis da agenda nacional. O Instituto sediou o seminário "Redução da Jornada de Trabalho e Fim da Escala 6x1" organizado por Ana Cláudia Moreira Cardoso, Cássio da Silva Calvete, José Dari Krein e Sadi Dal Rosso e que contou com o empenho de diversas organizações: site Democracia e Mundo do trabalho em Debate, ABET, CESIT, CNPQ, DIEESE, FCE/UFRGS, REMIR, GEPT/UNB, FES e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. O seminário reuniu especialistas, Deputados Federais e lideranças de base para apresentar o Dossiê sobre o tema, um conjunto de 36 artigos produzidos por 56 pesquisadores que oferece sustentação teórica e evidências em fatos demonstrando a viabilidade econômica e a necessidade social dessas mudanças, capazes de beneficiar milhões de trabalhadores.

Na abertura, o professor José Dari Krein (CESIT/IE-Unicamp) apresentou a síntese da obra, enfatizando não se tratar de uma demanda isolada, mas de um "grito de socorro" contra a exaustão física e mental. O dossiê sistematiza fundamentos econômicos, avanços tecnológicos e impactos na saúde, concluindo haver condições macroeconômicas para o Brasil implementar a mudança sem comprometer a competitividade das empresas. Segundo os organizadores, a redução é uma forma de distribuir os ganhos de produtividade gerados pelas novas tecnologias, que até então não foram revertidos em tempo livre para quem trabalha.

Na primeira mesa, a economista Marilane Teixeira (Unicamp) mostrou que a transição para uma jornada de 36 horas semanais, num cenário de ajuste equilibrado, tem potencial para a criação de 3,62 milhões de novas ocupações e um ganho de 4,02% na

Brasília-DF, 19 de maio de 2026

produtividade. Felipe Pateo, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demonstrou que o custo adicional para as empresas é diluído quando se considera o aumento do consumo e a reorganização da produção, se contrapondo ao argumento do setor produtivo a respeito de possível retração econômica. Também enfatizou o baixo impacto nos custos das empresas com a redução da jornada e fim da escala 6X1, lembrando que impactos maiores, como os aumentos do Salário Mínimo nos anos de 2001 (12%) e 2012 (7,6%) foram facilmente absorvidos pelas empresas, trazendo benefícios para a economia do país.



Cássio Calvete, professor da UFRGS e coordenador do site DMT em Debate, destacou a viabilidade das mudanças. Calvete ressaltou o crescimento de 25% do PIB e o ganho de 12% na produtividade do trabalho nos últimos 12 anos, além de reforçar a margem ampla para o ajuste no Brasil, dado que o custo da mão de obra nacional permanece significativamente inferior ao de nações como o Chile, o qual já avançou para a jornada de 40 horas com resultados positivos na produtividade e no bem-estar.

O professor Sadi Dal Rosso (UNB) lembrou que a redução do tempo de trabalho, a exemplo da redução da jornada em 1988, não apenas gerou empregos como melhorou a eficiência produtiva e a economia como um todo. A pesquisadora Ana Claudia Moreira Cardoso, por sua vez, trouxe estudos demonstrando que longas jornadas aumentam os riscos de doenças cardiovasculares, e que um ritmo intenso de trabalho (a exemplo da gestão por metas) e uma distribuição da jornada que não deixa tempo livre ao trabalhador – como a escala 6X1 – também contribuem para o adoecimento de quem trabalha.

Na segunda mesa o debate deslocou-se para a execução política. O Secretário Executivo do Ministério do Trabalho, Francisco Macena, revelou dados do e-Social: 66,8% dos empregos formais no Brasil já operam em regimes de 40 horas ou menos. A adequação do terço restante, portanto, é uma medida

de justiça social e equidade. O secretário também citou estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com empresas que adotaram redução de jornada, sendo que 72% registraram aumento de receita e 44% melhoraram o cumprimento de prazos operacionais após a mudança.

No campo jurídico e parlamentar, a Ministra do TST, Delaíde Alves Miranda Arantes, e os deputados Federais Reginaldo Lopes (autor da PEC 221/19) e Alencar Santana (presidente da comissão especial que trata do tema) discutiram as estratégias de tramitação. A Ministra alertou que uma eventual aprovação precisará fechar as brechas capazes de permitir ao setor patronal manter, via negociação coletiva, o modelo que a lei pretende extinguir. O deputado Reginaldo Lopes lembrou que sua PEC dorme na gaveta desde 2019; o que mudou, segundo ele, foi a pressão vinda de fora do Congresso. Alencar Santana detalhou o calendário apertado e avaliou haver, pela primeira vez em décadas, uma combinação rara de evidência científica, mobilização popular e vontade política suficiente para avançar, mas ressaltou: o texto final ainda dependerá de negociações com bancadas que historicamente atuam pelo setor patronal.

A terceira e última mesa, tendo Adriana Marcolino, diretora técnica do DIEESE, na coordenação, trouxe importantes depoimentos dos Movimentos Sociais. Estavam nela representantes das Centrais Sindicais: Força Sindical, CTB, UGT, Intersindical e CUT com seus respectivos representantes, Adriano Lateri, Rene Vicente, Willian Luz, Rosangela Paranhos e Ariovaldo de Camargo. Participou também o representante do Movimento “Vida Além do Trabalho” (VAT), Lucas de Oliveira, que reiterou o protagonismo jovem e das redes sociais como o motor responsável por trazer de volta a pauta da jornada de trabalho. Destacou que o fim da escala 6x1 não é apenas uma reivindicação de distribuição de jornada, é uma disputa pelo direito ao tempo de vida. Para o VAT, qualquer texto permitindo ao empregador flexibilizar os dois dias de descanso via negociação coletiva representaria um esvaziamento da conquista.

Os representantes das Centrais Sindicais destacaram que a luta pela Redução da Jornada de Trabalho é uma bandeira histórica da classe trabalhadora brasileira, militada pelas centrais há anos. Defenderam a pauta como oportunidade histórica de reconectar o movimento sindical com os trabalhadores e encerraram o evento com uma convocação à unidade e uma mensagem final clara: **a aprovação final dependerá da continuidade da pressão popular organizada.**

Texto: Murilo Thomaz Patrício

Fonte: DMT em Debate



Brasília-DF, 19 de maio de 2026

Governo Lula e centrais rejeitam transição e pedem fim imediato da escala 6x1

O deputado Sérgio Turra (PP-RS), que se autointitula de direita e bolsonarista, apresentou emenda para manter as atuais 44 horas de jornada por mais dez anos



Rio de Janeiro (RJ), 01/05/2025 – Ato do Dia do Trabalhador pede o fim da escala 6x1 e melhores condições de trabalho e renda, na Cinelândia, no centro da capital fluminense. Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as centrais sindicais já avisaram que são contra um período de transição para redução da jornada das atuais 44 para 40 horas semanais e o fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho e apenas um de descanso).

O debate ganhou força na comissão especial da Câmara dos Deputados que avalia a proposta de emenda à Constituição (PEC) da redução da jornada para as 40 horas e o fim da escala 6x1.

Isso porque, o deputado Sérgio Turra (PP-RS), que se autointitula de direita e bolsonarista, apresentou emenda para manter as atuais 44 horas de jornada por um prazo de dez anos para só depois entrar em vigor as 40 horas.

O parlamentar quer a jornada mantida para as atividades essenciais como saúde, segurança, mobilidade e abastecimento. Além disso, ele defende uma compensação para os empresários com redução de contribuição social.

“Sou radicalmente contra isso”, afirma o ministro da Fazenda, Dario Durigan, sobre compensação para empresário. “A titularidade do trabalho não é do empregador. Não é como foi no debate da escravidão”, disse o ministro na comissão especial.

O governo defende que tanto as 40 horas quanto o modelo 5x2 (cinco dias de trabalho e dois de

descanso) são medidas que podem ser adotadas de imediato na economia do país.

Autora de projeto que reduz jornada e adota o modelo 5x2, a deputada Daiana Santos (PCdoB-RS) disse que a posição contra um período de transição não é para prejudicar o setor patronal, mas apenas assegurar que as pessoas tenham tempo para viver.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, diz que os grandes empresários e a extrema direita bolsonarista querem evitar a qualquer preço o avanço da proposta.

“O movimento sindical, o governo Lula e os aliados da classe trabalhadora na sociedade e no parlamento, pressionam em sentido contrário, pois estão conscientes de que este é o momento certo para alcançar a vitória nesta batalha estratégica para nossa classe trabalhadora e a sociedade brasileira”, diz Adilson.

O relatório sobre a redução da jornada deve ser apresentado na próxima quarta-feira (20) na comissão especial e as votações na comissão e no plenário da Câmara devem ser realizadas na semana seguinte.

Fonte: Portal Vermelho

Centrais intensificam pressão em Brasília



As Centrais Sindicais convocam trabalhadores de todo o país para grande ato em Brasília nos dias 26 e 27 de maio. A manifestação visa garantir a aprovação da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial, e o fim da escala 6x1.

A mobilização é um momento decisivo, porque no dia 26 de maio ocorre a votação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. No dia 27 de maio, a matéria vai a plenário. Diversas ações acontecerão

Brasília-DF, 19 de maio de 2026

simultaneamente, com seminários, plenárias estaduais e forte pressão nos gabinetes parlamentares.

A campanha vem ganhando força desde 1º de Maio de 2026 e se intensificou com o Seminário realizado em São Paulo, dia 14, na sede da Força Sindical. A estratégia tem diversas ações articuladas pelas lideranças sindicais, como envio massivo de mensagens a deputados, diálogos diretos nos gabinetes, pressão presencial em Brasília e forte campanha nas redes sociais. Uma cartilha elaborada pelo Dieese também está sendo amplamente divulgada.

Causa justa – As Centrais Sindicais defendem a aprovação por acreditarem ser uma conquista importante aos trabalhadores. O fim da escala 6x1 combate a exaustão e o adoecimento dos trabalhadores, garantindo a todos o direito a dois dias consecutivos de descanso remunerado. A redução da jornada melhora a qualidade de vida, a saúde mental, o tempo com a família e o lazer. As mulheres são as mais prejudicadas pela jornada atual e serão as que mais se beneficiarão com a mudança.

“Temos, hoje, dez para a votação para debater no Congresso, as Centrais Sindicais estarão dialogando na semana para mobilizar as bases, e os dirigentes estarão em Brasília. A audiência na sede da Força Sindical no dia 14 foi importante. Nós temos que ter políticos junto com a nossa causa”, declarou João Carlos Gonçalves (Juruna), Secretário Geral da Força Sindical.

Empregos – A medida deve gerar mais empregos, pois as empresas precisarão de novas contratações para cobrir as horas reduzidas.

Entre as propostas em tramitação está a PEC 221/2019, que altera a Constituição Federal e oferece o caminho mais duradouro para a redução da jornada. A PL 1838/2026 do governo Lula, em regime de urgência, altera a CLT, fixa a jornada em 40 horas semanais, proíbe a redução salarial e praticamente extingue a escala 6x1.

Apoio – De acordo com pesquisa Datafolha de 2026, 71% da população apoia a redução da jornada e o fim da escala 6x1. O apoio é ainda maior entre mulheres (77%) e jovens (83%).

As Centrais Sindicais reforçam o chamado: a presença massiva de trabalhadores em Brasília nos dias 26 e 27 é fundamental para pressionar os deputados e transformar em lei essa reivindicação histórica dos trabalhadores.

Fonte: Agência Sindical

TST abre prazo para manifestações sobre momento de juntada de documentos a ações trabalhistas

Tema é tratado em incidente de recurso repetitivo



O ministro Fabrício Gonçalves, do Tribunal Superior do Trabalho, publicou edital para convocar pessoas, órgãos e entidades interessados a se manifestar sobre a possibilidade de juntada de documentos numa ação trabalhista depois da apresentação da defesa. A controvérsia jurídica será analisada pelo Pleno da Corte no IncJulgRREmbRep-0000213-62.2023.5.12.0059.

O edital fixa prazo de 15 dias úteis para que interessados enviem manifestações. Nesse período, também poderão ser requeridos pedidos de ingresso no processo na qualidade de amici curiae.

Leia a [íntegra do edital](#).

A decisão do TST terá efeito vinculante sobre casos semelhantes em todo o país, uma vez que o julgamento ocorre sob a sistemática dos recursos repetitivos.

A questão jurídica em discussão é a seguinte:

“É possível a juntada de documentos em momento posterior ao da apresentação da defesa, desde que até o encerramento da instrução probatória?”

Em setembro do ano passado, o Pleno acolheu proposta de submissão do tema à sistemática dos recursos repetitivos. O TST tem jurisprudência pacífica sobre a possibilidade de estender o prazo para a juntada de documentos pelas partes até o encerramento da instrução processual, ainda que não se trate de documentos novos. Contudo, a decisão de firmar tese vinculante sobre o tema leva em conta a grande quantidade de recursos por divergências provenientes dos Tribunais Regionais do Trabalho, somada à patente relevância da matéria.

Confira [todos os editais em andamento](#).

Fonte: TST